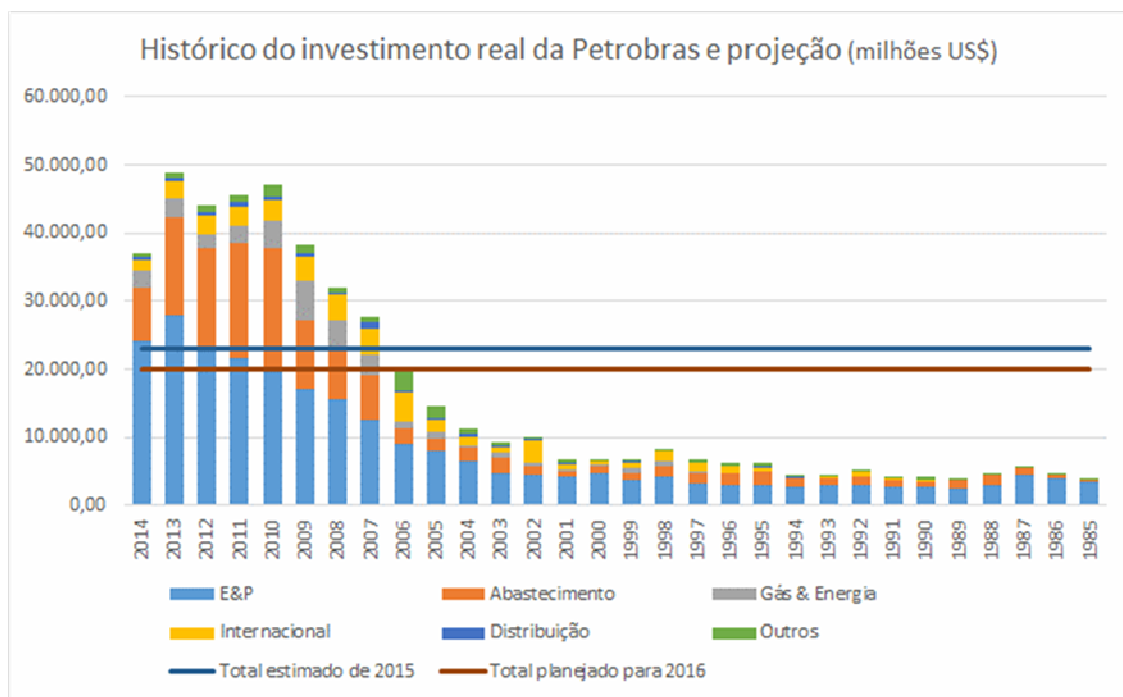


**ANEXO I****Alternativas para lidar com o endividamento da Petrobrás, preservar sua integridade corporativa e capacidade de investir para garantir a segurança energética do Brasil****AEPET**

A exemplo das demais empresas petrolíferas em todo o mundo, afetadas pela acentuada queda dos preços do petróleo a partir de agosto de 2014, a Petrobrás vem promovendo a redução de seus custos operacionais e efetuando cortes em seus investimentos e na projeção da produção de petróleo em 2020. A direção da Petrobrás informou, ainda, a necessidade da venda de ativos, para lidar com o endividamento, no atual cenário de preços e da cotação cambial. Foi estabelecida uma meta para essa alienação de ativos, no valor estimado de 57 bilhões de dólares, sendo 13,7 bilhões a serem alienados até o final de 2017. Esse desinvestimento total, que representa cerca de 35% do patrimônio da Companhia, teria por objetivo obter os recursos de caixa necessários para equacionar a dívida da Empresa, reduzindo-a a valores mais gerenciáveis.



O investimento de 20 bilhões de dólares previsto para 2016 deve ser avaliado ponderada e relativamente. Em relação à média anual de 5,9 bilhões do período 1985-2003, é alto, já em relação aos 33,3 bilhões investidos, em média, entre 2004 e 2014, é baixo. No entanto, o mais importante é garantir nossa segurança energética e os investimentos necessários para atender ao mercado



interno. Apenas para compensar a queda da produção dos campos maduros são necessários investimentos vultosos, estimados entre 13 e 18 bilhões de dólares anuais. O baixo preço do petróleo no mercado internacional sugere a análise da alternativa de alguma importação do produto no curto prazo, ao custo atual estimado de US\$1,5 bilhão/100 mil bpd/ano (US\$40/barril). Com essa estratégia, talvez seja possível reduzir uma parte relevante dos dispêndios previstos para compensar a queda da produção.

Investimento anual histórico, planejado e estimado para sustentar a produção atual da Petrobras (bilhões US\$)				
Médio (1985-2003)	Médio (2004-2014)	Total estimado de 2015	Total planejado para 2016	Estimado para sustentar a produção atual
5,9	33,3	23,0	20,0	13,0 a 18,0

A AEPET vem realizando estudos sobre as possibilidades de equacionamento da dívida contraída pela Petrobrás, de forma que a Empresa possa operar com maior tranquilidade financeira e retomar os seus investimentos, no menor prazo possível. As premissas adotadas foram (i) garantir os investimentos requeridos para o desenvolvimento e a segurança energética nacional, (ii) lidar com o endividamento na condição macroeconômica atual e (iii) preservar o patrimônio, a integração corporativa e o mercado da Petrobrás.

Este documento relaciona algumas linhas de ação que foram selecionadas a partir da análise feita pela Associação. Pretende-se que esse conjunto de ideias, não exaustivo, possa servir de pauta inicial para um trabalho conjunto com representantes da Companhia, visando definir as ações que se mostrem mais viáveis e mais vantajosas para a Petrobrás.

Ações para Reduzir o Endividamento

1. Alienação de Ativos

Na avaliação da AEPET, a alienação de ativos deve ser seletiva e feita com a máxima cautela, para não comprometer o fluxo de caixa futuro e não afetar o grau de integração da Companhia e, também, para evitar riscos desnecessários decorrentes da variação dos preços relativos do petróleo e dos seus derivados. A conveniência, do ponto de vista estratégico, da entrega de parcelas do mercado interno aos seus competidores também deve ser avaliada, assim como a oportunidade da venda de certos ativos específicos, em face da queda dos preços do petróleo e dos ativos da indústria.



2. Conversão das dívidas com bancos públicos em capital na Petrobrás

São dívidas da ordem de 87 bilhões de reais entre a Petrobrás e bancos públicos. A conversão da dívida representa injeção de capital na estatal em troca de ações a serem transferidas aos bancos públicos. Os investidores minoritários poderiam participar da capitalização para evitar a diluição do seu capital. A redução da dívida em termos absolutos e em relação à geração de caixa seria significativa.

3. Empréstimo no Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS

O banco foi criado para atender aos interesses estratégicos do desenvolvimento dos países emergentes, em oposição às tradicionais instituições de crédito. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e as agências de risco são subordinados aos interesses de grandes bancos e corporações sediados nos EUA e na Europa. No Banco dos BRICS a Petrobrás pode obter recursos com menor custo e substituir dívida cara e de curto prazo por mais barata com prazos mais longos.

4. Capitalização com recursos do Tesouro Nacional por meio do BNDES

O governo federal poderia utilizar parte de suas reservas, ou emitir novas dívidas, para favorecer o BNDES. Assim o banco poderia contribuir para a solução das demandas financeiras da Petrobrás. Os objetivos são melhorar o perfil da dívida, a redução da exposição ao dólar e garantir a capacidade de investimento. Está em discussão no Senado o projeto de lei 560 de 2015, que detalha as operações entre o Tesouro, o BNDES e a Petrobrás.

5. Renegociação com os bancos credores para alongamento, redução do custo e “desdolarização” das dívidas

A renegociação de dívidas é prática comum e frequente no mundo dos negócios. A Petrobrás, com o apoio do governo federal, pode tentar melhorar o perfil da sua dívida junto aos credores privados nacionais e estrangeiros.

6. “Desdolarização” da dívida em articulação com os bancos públicos

É necessário reduzir a exposição ao dólar e assim diminuir o risco a variação cambial. A Petrobrás pode, em articulação com os bancos públicos, trocar dívidas em dólares por outras em reais, reduzindo a sua exposição à variação do câmbio.

7. Renegociar contratos de fornecimento de bens e serviços



Com a queda dos preços do petróleo, é natural que os contratos firmados em outra conjuntura macroeconômica sejam renegociados. A prática é comum na indústria e a Petrobrás deve perseverar no sentido de acordar condições contratuais condizentes com a nova realidade da indústria mundial.

8. Alongar investimentos não estratégicos ou menos rentáveis

Diante da nova conjuntura do preço do petróleo e da cotação do dólar é necessário rever a taxa de investimentos, preservando os projetos estratégicos para garantir a integração corporativa, a segurança energética e o abastecimento nacional. Empreendimentos menos rentáveis podem ter seus prazos alongados e assim diminuir a pressão sobre o fluxo de caixa no curto prazo.

9. Renegociação dos prazos para exploração junto a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP)

Diante da conjuntura do preço do petróleo e da cotação cambial depreciados, além da necessidade de reduzir seu nível de endividamento, a Petrobrás deve perseverar em gestões junto a ANP para a extensão dos prazos para conclusão de etapas exploratórias. A postergação dos prazos para a declaração de comercialidade de determinados projetos é estratégica para a Petrobrás alongar seus investimentos, e está em harmonia com o interesse nacional que conta com sua segurança energética garantida e precisa da recuperação da maior e mais estratégica companhia brasileira.

10. Capitalização, pelo Governo Federal, utilizando o mecanismo da facilitação monetária pelo Banco Central

Cabe ao Estado Nacional soberano o dever de regular a quantidade de moeda em circulação. Durante o agravamento da crise econômica de 2008 os EUA adotaram o mecanismo da “facilidade quantitativa”, injetou trilhões de dólares no sistema financeiro e estatizou corporações privadas como a General Motors. O Brasil pode adotar o mesmo mecanismo para, através da criação de moeda pelo Banco Central, capitalizar a Petrobrás para que o perfil da dívida seja ajustado, seu patrimônio e sua capacidade de investir preservados. A Petrobrás é uma empresa estatal e estratégica para o Brasil, não há razão para recorrer aos bancos privados, e pagar juros elevados, quando pode contar com o apoio do Banco Central, desde que soberano e independente do mercado.

**ANEXO II****Existe alternativa para reduzir a dívida da Petrobrás sem vender ativos**

Felipe Coutinho*
J. Carlos de Assis**

A Petrobrás não precisa vender ativos para reduzir seu nível de endividamento. Ao contrário, na medida em que vende ativos ela reduz sua capacidade de pagamento da dívida no médio prazo e desestrutura sua cadeia produtiva, em prejuízo à geração futura de caixa, além de assumir riscos empresariais desnecessários. A avaliação resumida abaixo (tabela), mostra o equívoco dessa escolha política e empresarial de alienação de ativos, e revela que ela é desnecessária. A alternativa proposta preserva a integridade corporativa e sua capacidade de investir na medida do desenvolvimento nacional e em suporte a ele. Enquanto garante a sustentação financeira, tanto pela redução da dívida, quanto pela preservação da geração de caixa a médio prazo.

Planejamento Estratégico 2017-21 e alternativa para reduzir a alavancagem sem vender ativos

PE 2017-21	
Desinvestimento -18	19,5 bi US\$
Amortização -21	73 bi US\$
Dívida 16	124 bi US\$
Alavancagem 18	2,5
Geração op.17-21 ¹	158 bi US\$
Custo de captação 16	8,6 %aa
Despesas financeiras -21	32 bi US\$

PE 2017-21' alternativo	
Desinvestimento -18'	0 bi US\$
Amortização -21'	48,5 bi US\$
Dívida 16	124 bi US\$
Alavancagem 18'	3,1
Geração op.17-21 ^{1 2}	158 bi US\$
Custo de captação 16-21'	8,6 %aa
Despesas financeiras -21'	37,0 bi US\$
Δ Despesas financeiras 19-21'	5,0 bi US\$
Alavancagem de 2,5 até	3o tri de 2021

1 Geração operacional (após dividendos)

2 Geração op. constante entre 2017 e 2021, não considera o aumento da receita entre 2019 e 21 pela preservação dos ativos

O desinvestimento – ou seja, a venda de ativos operacionais, muitos deles altamente lucrativos - prevê acumular 19,5 bilhões de US\$ no biênio 2017/18. Resultaria numa redução antecipada da dívida, com a alavancagem - relação dívida líquida/geração de caixa após dividendos - caindo de 4,5 para 2,5 até 2018. A meta de redução da alavancagem e seu prazo são arbitrários, embora possam ser apresentados de forma dogmática. Trata-se de uma decisão de natureza política e empresarial que é frequentemente elevada à condição de verdade científica ou algo similar a uma revelação divina.

Na alternativa estudada a partir de parâmetros públicos da Petrobrás, sem vender um único ativo, a alavancagem poderia cair de 4,5 para 3,1 em 2018, indicador inteiramente razoável. A amortização anual da dívida, com recursos de



parte da geração de caixa, resultaria na redução da alavancagem para 2,5 em meados de 2021. O estudo é conservador na medida em que não contabiliza a geração de caixa adicional pela preservação dos ativos rentáveis que se pretende vender até 2018.

A Petrobrás tem pujante receita operacional, proporcional ao porte de uma empresa que é a maior do Brasil e da América Latina. Apenas usando parte da geração de caixa, na mesma proporção alocada em seu plano atual, a companhia pode ir amortizando sua dívida e trazê-la para um nível razoável, sem afetar a distribuição de dividendos e os investimentos previstos. A venda de ativos produz exatamente o oposto, no médio prazo. Reduziria a capacidade futura de geração de caixa da empresa, pois os ativos que se pretende privatizar como BR Distribuidora, Liquigás, Termoelétricas e Transpetro são altamente lucrativos.

O plano da Petrobrás tem viés de curtíssimo prazo e obtusamente financeiro. Ignora a essência de uma empresa integrada de energia que usa a verticalização em cadeia para equilibrar suas receitas, compensando a inevitável variação do preço do petróleo, de seus derivados e da energia elétrica, característica essencial para minimizar os riscos empresariais. Na medida em que a Petrobrás seja fatiada, o agente privado tende a buscar o lucro máximo por negócio, majorando os custos ao consumidor, o que restringe o crescimento do mercado interno cujo dinamismo é muito importante para a geração de valor pela Petrobrás.

A alternativa apresentada evita a saída integral das áreas de produção de biocombustíveis e fertilizantes, distribuição de GLP e petroquímica. Além de preservar as reservas de petróleo e os ativos do refino que são alvos das parcerias mediante desinvestimento. Basta alterar a alavancagem projetada para 2018 de 2,5 para 3,1 e ajustar o prazo da meta de 2,5 na alavancagem, de 2018 para meados de 2021.

Dispomos de alternativa técnica viável que encontra barreiras de natureza ideológica cuja influência na política empresarial da Petrobrás não é recente. A gestão Dilma-Bendine apresentou um Plano de Negócios similar ao atual. Previa vendas de ativos da ordem de 57 bilhões de US\$ até 2020, cerca de um terço do patrimônio da Petrobrás. A atual gestão Temer-Parente planeja privatizar 34,6 bilhões de US\$ até 2021, sendo 15,1 bi até 2016 e 19,5 bi até 2018.

É exemplar o que ocorre na infraestrutura de gasodutos. Atividade tipicamente monopolista, as redes de gasodutos do Sudeste e do Nordeste, incorporam um enorme investimento histórico da Petrobrás, estão integradas à empresa pela própria natureza do serviço que prestam. Não obstante, a rede Sudeste, a mais lucrativa, foi vendida a um fundo canadense que atuará como intermediário privado monopolista. Isso sem a constituição prévia da ordem reguladora, condição essencial para a operação de monopólios privados considerados criminosos em qualquer economia capitalista.

Entretanto, nada é mais simbólico do que a desintegração do Cenpes, o Centro de Pesquisas da Petrobrás. O Cenpes é fundamental para os avanços tecnológicos da companhia, responsável por resultados reconhecidos internacionalmente. Na recente reestruturação da Petrobrás o Cenpes foi desmembrado, com o fim do reconhecido modelo de Pesquisa, Desenvolvimento



e Engenharia básica (PD&E) que vigorava há 40 anos. O modelo articulava a relação entre a pesquisa nas universidades, a experiência operacional da companhia e os fornecedores de bens e serviços. A Engenharia Básica do Cenpes foi extinta e seus profissionais transferidos à área de projeto e empreendimento. A reestruturação revela que o imperativo do curto prazo permeia toda a corporação e não se limita à estratégia financeira.

A mídia oligopolista repete “não há alternativas, é necessário privatizar para lidar com o endividamento da Petrobrás”. Assim se constrói o senso comum que não corresponde à realidade, mas serve aos interesses de poucos. Além de alertar para as consequências deletérias da privatização para a Petrobras e para a maioria dos brasileiros, apresentamos alternativa viável para a sustentação financeira, preservando a integridade corporativa, sua capacidade de gerar valor, investir e garantir a segurança energética brasileira.

* Engenheiro químico, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)

** Economista e professor



ANEXO III

VEJAMOS UM BALANÇO DO QUE JÁ FOI RETIRADO DO PATRIMÔNIO DA COMPANHIA E ENTREGUE POR PREÇOS IRRISÓRIOS:

Transações concluídas ou em andamento:

Até o momento, os maiores negócios anunciados foram:

1) a venda de 90% da malha de gasodutos Nova Transportadora Sudeste – NTS, de 2,5 mil km - por US\$ 5,19 bilhões; para consórcio liderado pela Brookfield, antiga Brascan - canadense

Consideramos a operação de venda da NTS para um grupo de fundos de investimentos, liderados pela canadense Brookfield, lesiva ao País, à PETROBRÁS e a milhares de trabalhadores e também aos consumidores. Na realidade está sendo vendido um monopólio natural, que é a malha de gás, ao grupo estrangeiro que irá suprir a região mais industrializada e rica do país concentrando cerca de 60% do consumo brasileiro. Decisão equivocada, anti-estratégica, que pode comprometer a segurança energética e a nossa Soberania. Ela aprofunda a já avassaladora desnacionalização de nossa economia, agravando o *déficit* das transações correntes com o mercado internacional. A Brookfield é o antigo grupo canadense BRASCAN, que deu um golpe no país ao vender a light por US\$ 1,5 bilhão no último ano da concessão. Essa venda afronta o princípio constitucional da Ordem Econômica (artigo 173, § 4º): “A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”.

- os movimentos feitos e as ações já anunciadas deixam claro o objetivo da atual administração de alijar a Companhia do mercado de gás natural. Política absurda quando se sabe que o gás é produto estratégico, não renovável, segmento fundamental, de importância crescente na indústria do petróleo para a redução dos impactos ambientais. Além disso, deve-se considerar o expressivo aumento da produção brasileira de gás, originado do pré-sal, cujas jazidas têm elevada razão gás / óleo. Como a maioria do gás é associado ao petróleo, esse movimento é mais uma abertura para a entrada de companhias estrangeiras nas reservas da Petrobras no Pré-Sal.

A venda de 90% das ações da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para a Brookfield põe também em risco a saúde financeira e o futuro da Petrobras e da Transpetro simultaneamente. No caso da Petrobras, como a proporção de gás associado nos reservatórios do Pré-Sal é elevada, a produção deste gás é crescente e assim continuará. Sem o controle da NTS, a empresa terá que



pagar à canadense Brookfield para transportar nosso próprio gás e concorrer com a produção de outras operadoras. A NTS tem apresentado lucro líquido positivo e crescente ao longo dos anos, porque a contratação da malha é do tipo ship-or-pay, ou seja, paga-se pelo uso da malha transportando à plena capacidade ou não. Uma malha de dutos é projetada para uma capacidade crescente, com pelo menos 10 anos à frente. Assim, em 2015, a Petrobrás utilizou 57,1 % da capacidade contratada e o custo da capacidade não-utilizada foi estimado em R\$ 2,22 bilhões. Quando a NTS estava sob o controle da Companhia não havia problema, agora serão bilhões sendo gastos de uma forma ou de outra. Não estávamos buscando reduzir a dívida? A Brookfield possui participação na maior transportadora de gás dos EUA e, por razões óbvias, muito certamente não requisitará os serviços da Transpetro após a vigência do atual contrato de Operação & Manutenção. Lembrando que 78% do faturamento da Transpetro vem da operação de dutos e terminais, o que se pode esperar para o futuro dela?

Salienta-se que a maioria dos gasodutos da Companhia são anteriores à Lei do Gás (Lei nº11.909/2009), conseqüentemente submetidos ao regime de autorização e poderiam permanecer assim até 2039. A desapropriação pela União no referido ano ocorreria mediante pagamento de indenização, sendo que, até lá, estaríamos ganhando para transportar em nossa malha o gás de outras concessionárias. Pelo exposto, nada há que justifique a venda da NTS, transferindo um monopólio natural da Petrobras para um monopólio privado que não trará quaisquer benefícios à empresa e tampouco à população brasileira.

2) Venda da participação de 66%, em campo do pré-sal - Carcará –para a Statoil Brasil Óleo e Gás

A Statoil anunciou em seu sítio que o campo deve conter um volume de óleo equivalente recuperável (VOER) de até 1,3 bilhão de barris. Isto significa que foram vendidos cerca de barris 900 milhões de barris por um preço irrisório. A maior incerteza está no volume que realmente pode e deverá ser muito maior, pois o campo ocupa uma área equivalente a distância entre a Barra da tijuca até a Baía da Guanabara, e a coluna de óleo em um dos poços é maior em 75 metros do que a altitude do Pão de Açúcar, que é de 396m. Somente 3 poços foram perfurados nesta acumulação. Apenas para exemplificar, em Búzios o maior supergigante do Pré-Sal, de 2014 para 2015



o volume de petróleo inicialmente *in place* (VOIIP) variou em cerca de 3,2 bilhões de barris, conforme os Boletins Anuais de Reservas (BAR) dos respectivos anos emitidos pela ANP. Variando o volume *in place*, varia também o volume de óleo recuperável. Assim com a perfuração de mais poços a reserva de Carcará poderá aumentar consideravelmente.

Os poços perfurados em Carcará confirmaram a presença de petróleo de excelente qualidade de 31 graus API e sem contaminantes (CO₂ e S) e rochas reservatório também de excelente qualidade. Testes de formação realizados em um dos poços perfurados em 2015 confirmaram a continuidade do reservatório, ou seja, que o reservatório atravessado nos 3 poços é o mesmo, e que a produtividade é elevada (médias de 20 mil a 30 mil barris por dia são comuns a alguns campos do pré-sal).

Em 2012, a agência Reuters registrava em nota:

“A expressiva coluna de Carcará tem potencial para colocar o prospecto no mesmo patamar das maiores descobertas do Brasil, ao lado de campos como Lula e Guará (Nota do Tijolaço: Guará é hoje denominado Sapinhoá e onde estão os mais produtivos poços, na faixa de 40 mil barris/dia, cada), localizados na mesma região.”

3) Venda de 49% da subsidiária Gaspetro para a Mitsui Gás e Energia do Brasil: US\$ 540 milhões, valor estimado US\$ 2 bilhões. A Mitsui, segundo relatos de Cerveró e outros na lava-jato, pagou propinas a diversos dirigentes da Petrobras. No entanto, nada foi considerado e a venda foi feita sem licitação. Esse processo se tornou polêmico e sujeito à contestação na Justiça, inclusive por conflito de interesses, uma vez que o presidente do CA da Petrobras na época, Murilo Ferreira, era diretor presidente da Vale, que mantinha negócios com o grupo Mitsui. Usando-se os mesmos critérios usados contra as empresas nacionais de engenharia, a Mitsui teria que ser impedida de negociar com a Petrobrás.

Apresentando um lucro médio entre os anos de 2012 a 2014 de R\$ 1,77 bilhão, a perda de metade do capital da subsidiária da Petrobras enfraquecerá o seu caixa em pelo menos R\$ 880 milhões ao ano. Lembrando que a Gaspetro reúne participações em 19 empresas estaduais de distribuição de gás natural canalizado, a venda também implica em problemas de concentração de mercado por parte da Mitsui. **Assim, este foi mais um péssimo negócio para a Petrobrás.**

4) Venda de 51% das ações da Petrobrás Distribuidora (BR) - Outra venda



absurda pois, a BR é uma empresa lucrativa e altamente estratégica para o País e para a Petrobrás, a qual permite que a Companhia conheça e regule toda a cadeia de valor, com domínio sobre a estrutura de custos, garantindo que o mercado seja competitivo. Porém, com a alienação do controle da BR, aumenta-se o risco de formação de cartel, trazendo prejuízo aos consumidores. A BR é a única que leva combustível aos confins do Brasil, suprindo as populações nos lugares mais difíceis. As outras empresas não o fazem porque o lucro é muito pequeno. A BR, Além de ser uma grande geradora de fluxo de caixa para a Petrobras é também altamente estratégica para a compra de combustíveis no País quando o preço no exterior for menor do que o nacional. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo, o volume refinado em 2016 chegou a 670.068 milhões de barris, uma queda de 7,5% em relação a 2015. “Boa parte do recuo do refino está atrelado ao aumento da importação de combustíveis pelas concorrentes da Petrobrás, pois a estatal manteve os preços dos combustíveis acima dos preços internacionais” (O globo 26/01/2017 – pag.17). As empresas privadas irão certamente comprar no exterior, sempre que ocorrer essa condição, deixando as refinarias ociosas e gerando desemprego no País. Elas só visam lucro.

A marca BR representa todo Sistema Petrobrás, sendo conhecida e valorizada no Brasil e no exterior. O controle da Distribuidora por um sócio privado descaracteriza a marca, gerando perda de valor no decorrer do tempo.

Não se pode esquecer que a empresa é credora da Eletrobrás e um sócio privado não teria tolerância no abastecimento da estatal nesta condições, comprometendo a qualidade de vida da população brasileira. Um controlador privado pode ainda adotar práticas de engenharia financeira que minimizem o pagamento de impostos federais e estaduais (evasão fiscal), rever as condições de pagamento pelo fornecimento de combustível para entes públicos como hospitais, Corpo de Bombeiros e Polícias, com prejuízos para toda a população, precarizar as condições de trabalho e terceirização de seus colaboradores e cortar programas de patrocínios sociais, ambientais e culturais. Destaca-se também o papel fundamental da BR no fornecimento de combustível para as Forças Armadas, atuando como um dos elos fundamentais do Sistema de Segurança Nacional.

5) Venda de fatias nos campos Iara e Lapa do pré-sal em alegado “Acordo Geral de Colaboração (Master Agreement) com a francesa Total” por US\$ 2,2 bilhões. Dentre outras, celebrou-se a cessão de direitos de 35% do



campo de Lapa, com a transferência da operação para Total, ficando a Petrobras com 10% de participação nesta concessão. Só que investimos na exploração da área (sísmica e geologia), na instalação das facilidades e quando colocamos os sistemas para produzir, ficamos com os míseros 10%. Além disso, a venda foi por aproximadamente US\$ 2,00/barril, sendo que o custo internacional médio é de US\$ 8/barril. Lapa tem uma reserva de 4 bilhões de barris e foram vendidos 22,5% dele. Logo, foram vendidos cerca de 900 milhões de barris. Lapa tem uma reserva provável de 500 milhões de barris, logo 35% corresponde a 175 milhões de barris. Reserva total vendida: 1,075 bilhão de barris, tendo a Petrobrás recebido US\$ 1,6 bilhão mais a participação **facultativa** de 20% de um campo no Golfo do México. O restante será pago com o lucro dos campos. A Total será a operadora. A Total era uma estatal francesa, que se juntou com a Elf e com a Fina – Belga. Foram compradas pelo grupo Rotschild, sócio majoritário do cartel internacional do petróleo.

V. Sa, presidente Parente, também afirmou que a parceria não entra em conflito com a medida cautelar aprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que proíbe a Petrobras de assinar novos contratos de venda de ativos e de iniciar novos processos de vendas até que a corte analise os procedimentos dos desinvestimentos da estatal: V. Sa. Declarou: "Existe uma claríssima diferença entre parceria estratégica e um desinvestimento. Este não é um desinvestimento. Entra na meta porque tem uma entrada de caixa e irá nos ajudar a pagar dívidas importantes. As preocupações do TCU é em relação a assinaturas de contratos, mas nós estamos fazendo um *master agreement*. Nós tivemos o cuidado de procurar a área técnica do TCU". V.Sa. mudou o nome da transação: "não é venda, é um acordo conjunto de desenvolvimento". Chegaria a ser cômico se não fosse tão trágico. Privatização virou venda de ativos, que virou desinvestimento, que agora virou parceria estratégica, ou "*master agreement*".

6) Doação dos direitos do campo de Xerelete e Xerelete Sul para a Total – sempre ela – Em resposta sobre a cessão gratuita à Total sobre a participação em dois campos, Xerelete (BC-2) e Xerelete Sul (BM-C-14), a direção da empresa afirmou que em sua avaliação de portfólio concluiu que não havia atratividade econômica na participação nestes campos. Uma vez que estes ativos foram incluídos no programa de desinvestimentos de 2013, sem que se conseguisse uma oferta de compra, a Companhia teria seguido a cláusula de retirada, presente no contrato entre as partes, entregando



gratuitamente sua participação de 41,175% em Xerelete e 50% em Xerelete Sul para a Total. Entendemos que existe uma ilegalidade brutal nessa transferência de bens da União sem qualquer respeito às normas legais. Como o TCU proibiu a venda de ativos, o presidente vislumbrou uma saída magistral: **doou, o campo para a Total**. “Vender não pode? Então doamos e seguimos a Lei”.

7) Venda da Participação na Petroquímica Suape e Citepe para a Alpek. Todas as grandes petroleiras têm o seu braço petroquímico para diversificar e equilibrar as mudanças conjunturais. A Petrobrás está saindo novamente desse importante segmento. **É o desmonte.**

A Aepet fez carta a V.Sa. mostrando 10 alternativas à venda de ativos. Depois disto, o BNDES disse que vai devolver R\$ 100 bilhões para o Governo “por falta de tomador”, pois a Petrobrás, que poderia usar esses recursos para normalizar suas dívidas de curto prazo, podendo retomar seus grandes projetos não se interessa por eles. Outro exemplo de saída para a Companhia: ela foi ao mercado internacional tomar empréstimo de US\$ 2 bilhões e voltou com R\$ 4 bilhões. Sendo R\$ 2 bi a juros de 6,5% e prazo de cinco anos e R\$ 2 bi com prazo de 10 anos e juros de 7.25%. Ambos abaixo das taxas de mercado. Portanto, a Petrobrás mantém o seu prestígio lá fora, inclusive junto ao mercado financeiro. Ela só perdeu prestígio no Brasil em face de uma campanha insidiosa da nossa mídia entreguista, o chamado PIG – Partido da Imprensa Golpista. Portanto, são mais provas incontestáveis de que a Petrobrás pode rolar sua dívida sem precisar vender seus ativos estratégicos.

Por essas e outras é que achamos que V.Sa. Senhor Pedro Parente está retomando o processo que, como Conselheiro de Administração, comandou em sua gestão de 1999 a 2003: era o processo de desnacionalização da Petrobrás, que chegou a mudar seu nome para Petrobrax. A estratégia foi fornecida pelo banco Credit Suisse First Boston que comandou a privatização da YPF argentina.

Outros ativos sendo vendidos:

Talvez valha dizer que o Tribunal Regional Federal da 5ª Região atendeu ontem (25/01/2017) ao recurso movido pela Petrobras contra a ação impetrada pelo Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro-AL/SE), permitindo a continuidade do processo de venda de nove campos em águas rasas nos estados do Ceará e Sergipe. Dentre outras coisas, tais vendas trarão mais desemprego a estes estados no nordeste, inclusive pelo provável abandono de poços prematuramente devido à exploração predatória



característica da iniciativa privada.

- Ativos na Argentina para a Companhia Geral de Combustíveis (CGC): US\$ 101 milhões

- Ajuste de preço da petroquímica Innova, vendida à Videolar, e ativos na Colômbia: US\$ 92 milhões

Transações aprovadas:

- 100% da refinaria NSS, localizada no Japão, por US\$ 165 milhões – “A Petrobras informa que finalizou, nesta quarta-feira (28/12), a venda de 100% das ações da Nansei Sekiyu (“NSS”) para a Taiyo Oil Company (“Taiyo”). A operação foi concluída com o pagamento de US\$ 165 milhões pela Taiyo, realizado após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato, assinado em 17 de outubro de 2016”.

- 49% na produtora de etanol Nova Fronteira, por US\$ 133 milhões

- 67,19% na Petrobras Argentina (PESA), vendida para a Pampa Energía: US\$ 897 milhões

- 100% da Petrobras Chile Distribución (PCD), vendida para Souther Cross Group: US\$ 464 milhões

Todas essas transações tem transparência zero. Não se fala em licitação, avaliação dos preços reais dos ativos por auditores independentes; agora sim, a Petrobrás virou uma caixa preta.

O que está em também em negociação:

- terminais de gás natural liquefeito (GNL) e termelétricas associadas

- participação na BR Distribuidora

- 100% do campo de Baúna (no pós-sal da Bacia de Santos) e 50% de Tartaruga Verde (no pós-sal da Bacia de Campos) para a Karoon Gas Australia- outras participações em campos de petróleo e gás em terra e em águas rasas

- fábricas de fertilizantes

- participações em outras petroquímicas (saída da Braskem depende de acordo de acionistas)

Vejamos abaixo os pontos do acordo entre a Petrobras e Total:

- *cessão de direitos de 22,5% para a Total, na área da concessão de lara (campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu) no Bloco BM-S-11. A Petrobras continuará como operadora e a deter a maior participação dessa área, com 42,5% do total;*

- *cessão de direitos de 35% do campo de Lapa no Bloco BM-S-9 com a*



transferência da operação para Total, ficando a Petrobras com 10% de participação nesta concessão;

- opção da Petrobras de assumir 20% de participação no bloco 2 da área de Perdido Foldbelt no setor mexicano do Golfo do México, adquiridos pela Total em parceria com a Exxon, na rodada de licenciamento promovida pelo governo do México, em 05/12/2016;

- compartilhamento do uso do terminal de regaseificação da Bahia, com capacidade de 14 milhões de m³/dia;

- parceria, com 50% de participação da Total, nas térmicas Rômulo de Almeida e Celso Furtado, localizadas na Bahia, com capacidade de geração de 322 MW de energia;

- estudos conjuntos nas áreas exploratórias da Margem Equatorial e na área sul da Bacia de Santos, aproveitando a sinergia existente entre as duas companhias, já que cada uma detém destacado conhecimento geológico nas bacias petrolíferas situadas nas duas margens do Atlântico;

- acordo de parceria tecnológica nas áreas de processamento geológico e sistemas de produção submarinos, onde as empresas detêm conhecimentos complementares e que podem potencializar os ganhos da aplicação de novas tecnologias nas áreas em parceria.